

Política Pública da Qualidade em Educação

Resumo

O papel do Estado não pode se limitar à superação da pobreza, à redistribuição de renda ou ao combate às desigualdades e exclusão social. Deve abranger também a busca incansável do desenvolvimento daqueles que pertencem à classe dominada, a grande massa da população que, por vezes, é refém de um sistema viciado e acomodado, idealizado pela minoria hegemônica do país. Atualmente, o sistema educacional brasileiro está marcado pela baixa remuneração e más condições de trabalho dos profissionais da educação, bem como pela falta de universalização do acesso e permanência na rede pública de ensino, o que agrava as várias mazelas educacionais, como exclusão, repetência, evasão escolar e analfabetismo de crianças, jovens e adultos. Desenvolver políticas públicas na área de Educação deve representar a bandeira de luta de um Estado democrático de direito, que dá voz à maioria em busca de execução de programas governamentais que possibilitem a inclusão da classe dominada pela cultura capitalista e individualista da minoria dominante. Não basta o Estado disponibilizar os serviços educacionais à população, pois esses devem ser acompanhados pela qualidade mínima necessária para que nossos cidadãos possam ter acesso à formação crítica do indivíduo, contribuindo para a construção de seus valores e saberes em prol do avanço social tão esperado. O presente trabalho apresenta como objetivo principal a reflexão da Política Pública da Qualidade em Educação, incluindo as questões de gestão educacional e de infraestrutura à disposição da rede pública delimitada à esfera municipal. Como objetivo secundário, o estudo faz um resgate das mazelas impostas pelo modelo neoliberal brasileiro implantado no final da década de oitenta do século passado até os modestos avanços de remodelagem do governo Lula em relação à política pública em Educação. A metodologia da pesquisa compreendeu levantamento bibliográfico. O trabalho se divide em três seções: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. No desenvolvimento são discutidos os pontos principais da pesquisa, divididos em dois tópicos: O Neoliberalismo no Brasil e Políticas Públicas em Educação: a busca da Qualidade, que inclui a questão central da pesquisa – a Qualidade da Educação Pública, dividindo-se em Gestão Educacional e Infraestrutura. O estudo conclui que os desafios apontados para a conquista de uma educação para todos, democrática e de qualidade mínima necessária, podem ser

Waldir Jorge Ladeira dos Santos

Rio de Janeiro – RJ
Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ¹
Mestre em Contabilidade Financeira pela UERJ¹
Professor Adjunto do Mestrado em Contabilidade da UERJ¹
Professor da Faculdade Moraes Júnior-Mackenzie Rio²
Professor de MBA da FGV³
wladeira@crcrj.org.br

Francisco José dos Santos Alves

Rio de Janeiro – RJ
Doutor em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP⁴
Coordenador do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis da FAF/UERJ¹
fjalves@globo.com

reduzidos, ou mesmo superados, com políticas públicas norteadoras da Qualidade em Educação, incluindo as questões de gestão educacional participativa e de financiamento suficiente para a oferta de uma infraestrutura capaz de atender às demandas dos diversos serviços educacionais necessários à população.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Neoliberalismo. Qualidade.

Abstract

The role of the State cannot limit itself to overcoming poverty, redistributing income or tackling inequality and social exclusion. It should also apply to the relentless pursuit of the development of those in the dominated class, the bulk of the population that sometimes is hostage to a flawed and accommodated system, devised by a hegemonic minority of the country. Currently, the Brazilian educational system is marked by the low pay and poor working conditions of professional educators as well as by the lack of universal access and permanence in the public school system, which increases the number of educational ills, such as exclusion, retention, school evasion and illiteracy of children, youth and adults. The development of Public Policies in Education should represent the battle flag of a democratic state, which gives voice to the

¹UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ

²Faculdade Moraes Júnior-Mackenzie Rio – CEP 20061-003 – Rio de Janeiro - RJ

³ FGV - Fundação Getúlio Vargas – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro - RJ

⁴FEA/USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – CEP 05508-010 – São Paulo - SP

majority seeking implementation of government programs that allow the inclusion of the class dominated by the capitalist and individualistic culture of the ruling minority. The state providing educational services to the population is not enough; these must be accompanied by the minimum quality required for our citizens to have access to critical formation of the individual, helping with the construction of values and knowledge for the sake of social progress as expected. This paper presents as its the main objective the reflection on Public Policy in Education Quality management issues, including education and infrastructure available to the public at the municipal level. As a secondary objective, the study provides an overview of the shortcomings imposed by the neoliberal model implemented in the Brazil from the late 1980s to the modest remodeling advances made by the Lula government. The methodology of the study involved book research. The work is divided into three sections: Introduction, Development and Conclusion. In 'development' are the main points discussed in the survey, divided in two topics: Neoliberalism in Brazil and Public Policy in Education: the quest for quality, which includes the central research question - the Quality of Public Education, by breaking into Educational Management and Infrastructure. The study concludes that the challenges faced to achieve education for all, democratic and with minimum quality required, can be reduced or even overcome, with public policies guiding the Quality in Education issues, including participatory educational management and sufficient funding for the provision of an infrastructure capable of meeting the demands of the various educational services necessary for the population.

Key words: Education. Public Policy. Neoliberalism. Quality.

Introdução

Com a Constituição Federal de 1988, foi garantido à educação o financiamento público por meio de uma parcela da arrecadação de impostos (porém não da participação do Produto Interno Bruto (PIB)). Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), buscou-se disseminar a ideia de que o problema da qualidade dos serviços em educação não estava no montante de recursos destinados à educação, mas em como o "dinheiro público" era aplicado. Discurso da classe hegemônica, que na época tinha fortes intenções de privatizar, inclusive a educação.

As políticas públicas no modelo neoliberal representam uma forma hegemônica de poder surgida a partir do meados do século XX por meio de reformas estruturais profundas em toda a relação social. Para Frigotto, o modelo político neoliberal apresenta como ideia balizadora:

O setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade. Desta ideia-chave advém a tese do *Estado mínimo* e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como direito a estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isto passa a ser comprado e regido pela *férrea* lógica das leis do mercado. Na verdade, a ideia do *Estado mínimo* significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital (in Gentili, 2007, p. 83).

Assim, a matriz neoliberal foi formada com base na liberdade, na competição entre os indivíduos e no livre mercado com pouca ou nenhuma intervenção do Estado (em contradição à garantia do bem-estar social). A educação, por exemplo, mais do que um direito, tornou-se propriedade daquele que não mais é considerado como cidadão, mas agora um consumidor, capaz ou não de adquiri-la, se dispuser de condições econômicas para tanto. Isso obviamente agravou sobremaneira a situação da sociedade marcadamente desigual.

Em decorrência, a política adotada pelos governos brasileiros após a ditadura militar revelou-se excludente para a maioria da população, trazendo consequências graves para a sociedade, pois aumentou suas desigualdades. Essa política, de acordo com Gentili:

expressa uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do fim dos anos 60 e começo dos 70. O(s) neoliberalismo(s) expressa(m) a necessidade de restabelecer a hegemonia do quadro desta nova configuração do capitalismo em um sentido global (2007, p. 230-1).

A Educação Pública é uma das áreas mais relevantes para o desenvolvimento nacional e por isso é afetada diretamente pela forma ou modelagem das diversas políticas públicas adotadas pelas lideranças políticas do país, sejam elas neoliberais ou socialistas. Estudar sobre políticas públicas e não resgatar, ainda que brevemente, o modelo de governo aplicado no país é alienar-se dos fundamentos de toda ação pública, razão pela qual será apresentado o modelo adotado pelos últimos governos brasileiros.

Desenvolvimento O Neoliberalismo no Brasil

O governo de Fernando Collor de Melo, na tentativa de controlar a inflação, promover a abertura econômica do Estado brasileiro para o mercado internacional e reduzir os gastos com os chamados marajás, entre outras medidas, iniciou a busca de um novo modelo de Estado anunciando uma trajetória ao neoliberalismo mantida pelo seu Vice-Presidente, Itamar Franco, que assumiu o governo após seu impedimento e teve como Ministro da Fazenda o então Senador Fernando Henrique Cardoso (FHC), responsável pela elaboração e implantação do Plano Real, que buscou a estabilidade da moeda nacional e o controle inflacionário e que mais tarde se tornou democraticamente Presidente da República, sucedendo Itamar Franco.

Essa trajetória ao neoliberalismo iniciada por Collor foi ampliada pelos dois governos de FHC com medidas de redução do tamanho do Estado por meio das privatizações das empresas estatais, dos gastos públicos em razão da austeridade fiscal, com o discurso de manter a estabilidade da moeda dando um novo sentido à economia nacional, priorizando a iniciativa do indivíduo e do capital privado com vistas à demanda de mercado.

Tais medidas buscavam o combate às elevadas taxas inflacionárias, aos sucessivos e crescentes déficits fiscais provocados pelo alto custo da “máquina estatal” e às elevadas taxas de serviço da dívida pública que geravam como consequência a redução dos investimentos em diversas áreas do governo.

A redução do setor público imposta pelo modelo neoliberal de FHC buscou a configuração de um “Estado mínimo”, impactando na forma de intervenção do Estado na economia e resultando no surgimento do discurso do equilíbrio fiscal a todo custo, inclusive o social, bem como na propagação da necessidade de algumas reformas, como a da Previdência e a tributária (ainda na agenda de discussão do governo, o que revela a falta de ruptura total desse modelo de Estado instituído pela hegemonia do capital financeiro mundial).

As práticas do governo neoliberal surgidas no governo Collor e, de forma mais agressiva, ampliadas no governo FHC, são bem resumidas por Torres:

Os governos neoliberais propõem noções de mercados abertos e tratados de livre comércio, redução do setor público e diminuição do intervencionismo estatal na economia e na regulação do mercado (in Gentili, 2007, p. 114).

Algumas mazelas sociais surgidas nos governos neoliberais no Brasil e herdadas pelo governo Lula, ainda que sensível a uma política alternativa àquela antes imposta, foram:

- ausência de programas sociais efetivos de distribuição de renda e de promoção da justiça social;
- omissão no combate à mais-valia do empresariado que furta a força do trabalhador em prol da maximização de seus lucros;
- pressão da classe hegemônica sobre a classe trabalhadora para a promoção do consumo induzido de bens e de serviços;
- corte de investimentos sociais em prol do equilíbrio fiscal, sobretudo em áreas mais relevantes como a saúde e a educação, e
- incorporação dos princípios empresariais para a gestão da educação pública.

Essas questões motivam a discussão no campo ideológico sobre a necessidade de conquistar um novo modelo de políticas públicas, que venha ao encontro dos debates e da união dos diversos atores da sociedade civil organizada, de forma a tornar mais sólidos seus princípios democráticos, em busca de um Estado menos desigual e com real condição de desenvolvimento de toda sua população, desafio este ainda não vencido pelo atual governo, porém com sinais de avanços.

Ocorre que o modelo neoliberal não traz apenas consequências de natureza econômica, mas também sociais, como as destacadas por Soares:

Essas reformas estruturais de cunho neoliberal – centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado – assumem uma convergência forçada nas medidas recomendadas pelo Banco Mundial, que ganham força de doutrina constituída, aceita por praticamente todos os países.

O ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais. Passa a existir outro projeto de “reintegração social”, com parâmetros distintos àqueles que entraram em crise a partir do final da década de 1970 (2003, p.19).

Apesar das várias dimensões que o modelo neoliberal consegue alcançar, este trabalho trata especificamente da educação pública e por esta razão cabe compreender melhor a questão desse modelo em relação à educação.

1. Políticas Públicas em Educação: a busca da Qualidade

Uma sociedade que se pretende mais democrática tem de garantir um ensino de qualidade para todos e todas. Esse conceito tenta responder à problemática da inclusão/exclusão social.

José Marcelino e Denise Carreira¹

É importante destacar que as políticas públicas voltadas para a educação pública não podem ser tratadas de forma mercadológica, em que se configuram “vencedores ou perdedores”; não se pode admitir na educação – como é frequente no modelo imposto pela política neoliberal – a interconcorrência entre os diversos atores envolvidos no processo educacional, o que para Gentili revela a submissão da educação à “mcdonaldização” da escola.

A escola pública não representa um jogo empresarial em que o gestor a administra de forma antidemocrática, premiando o esforço individual de forma meritocrática e buscando a redução dos custos e maximização de resultados econômico-financeiros. Deve ser, na verdade, um campo fértil de formação de valores e de exercício da cidadania e longe de promover a exclusão.

Os articuladores neoliberais acreditam que o problema de qualidade da educação pública foi causado pela ausência de uma boa gerência combinada com a inexistência de formas de avaliação de eficiência e eficácia da gestão dos recursos financeiros e de taxas de aprendizagem e permanência escolar que, se existentes, gerariam a promoção de premiação às escolas que apresentassem os melhores índices pré-estabelecidos incluindo, em alguns casos, pequenos pecúlios aos profissionais envolvidos no processo acadêmico das melhores escolas.

Tais práticas, quando implantadas, podem trazer mais sequelas do que os benefícios pretendidos de aumento do desempenho escolar em razão da competitividade fomentada por esse modelo tipicamente capitalista, no qual se aniquila a cooperação mútua entre os atores e se privilegia a concorrência entre os indivíduos, podendo surgir rejeição por uma ou outra escola dita de desempenho baixo, o que agravará ainda mais a exclusão social ou mesmo o desinteresse dos

¹ Carreira, Pinto, 2007, p. 21

² A modonalização da escola é o “processo que se concretiza em diferentes e articulados planos (alguns mais gerais e outros mais específicos), constitui uma metáfora apropriada para caracterizar as formas dominantes de reestruturação educacional propostas pelas administrações neoliberais”. (2004, p. 10)

diversos atores envolvidos no processo como os professores e os demais profissionais de educação.

Independente das razões da escola premiada por esse modelo, importante lembrar que a mesma faz parte de um sistema educacional estruturado que deve buscar em primeiro lugar a universalização do acesso e permanência da criança, do jovem e do adulto na escola. Melhor do que ganhar um prêmio pelo destaque isolado de suas ações é pertencer a um espaço democrático onde todos se ajudam e colaboram³ com o desempenho uniforme de toda a rede, independente de ofuscar o talento individual de quem a dirige e/ou de alguns de seus servidores.

A luta pelas conquistas de uma educação de qualidade começa pelo interesse da rede pública local na busca de promover a oferta igualitária de seus serviços em todas as escolas e para qualquer cidadão, atendendo suas necessidades sem a negligência imposta pelo mercado, evitando assim resultados que lhes tragam vantagens individuais e promovam ainda mais as diferenças de desempenho e por fim sua segregação.

O modelo a ser desenhado em resposta às demandas reclamadas pela imposição neoliberal adotada pelos últimos governos deve ser elaborado pela base, partindo da educação municipal sem provocar a fragmentação do sistema nacional de educação, bem como voltado a atender principalmente as necessidades dos alunos, dos professores, dos profissionais da educação e da sociedade.

O que se deve conquistar é uma rede pública com a presença constante do Estado de forma democrática e de gestão participativa com todos os atores envolvidos no processo educacional, articulada com um projeto desenvolvimentista maior, com garantia de redistribuição dos recursos necessários e não polarizados entre as escolas e que garanta o crescimento de todas com a qualidade mínima exigida para a oferta de seus serviços.

A rede pública deve então promover a inclusão social com a universalização de seus serviços, tornando todas as escolas públicas atrativas para seus alunos de forma a respeitar suas diferenças e seus valores, possibilitando sua permanência e a construção do aprendizado por meio de diversas ações, como o incremento da educação integral que possa oferecer oportunidades de interação e integração com seus meios sociais a partir de visitas culturais, atividades esportivas, inclusão digital, pesquisas, leitura, entre outras ações.

A educação pública de qualidade deve garantir a participação efetiva dos alunos de todas as classes sociais, especialmente o resgate dos mais pobres, possibilitando a formação de sua identidade com os valores sociais existentes e concedendo a oportunidade de transformação de sua realidade, sem reproduzir os privilégios e vantagens das elites conservadoras, tornando a educação verdadeiramente uma conquista social e democrática.

A educação não pode nem deve ser tratada como uma mercadoria ou uma relação de status social que se compra para satisfazer os desejos individuais ou de alguns grupos como desejam os neoliberais; deve sim ser construída como um direito social coletivo e inalienável com a intervenção e a força do Estado para sua promoção, desenvolvimento e manutenção para toda a população sem acepção de classe social, gênero, raça ou crença.

2.2.1 Qualidade da Educação Pública

O direito à educação pública não se limita a sua universalização. Estende-se à questão da qualidade das condições oferecidas para a grande parte da população que dela necessita e cujo acesso, sem a intervenção do Estado, torna-se escasso e seletivo, reduzindo a possibilidade de inclusão social dos que se encontram marginalizados na sociedade.

Essa qualidade não pode estar vinculada a uma visão de gestão empresarial como a política neoliberal impõe num contexto de “qualidade total”, pois os objetivos educacionais são divergentes dos empresariais. Estes convergem para obtenção do lucro⁴ através de dois principais fatores: 1) maiores receitas auferidas pelo aumento da produção e da venda com a promoção ao consumo de bens e serviços pela sociedade e/ou aumento do preço; 2) redução de custos pela exploração da mais-valia do trabalhador e/ou redução da qualidade dos serviços e bens empregados na produção.

As práticas empresariais privilegiam a competição entre os próprios empresários e se estendem aos seus chamados colaboradores, pois o que importa é a sobrevivência a todo custo por meio do “grande lema capitalista”: “no mundo dos negócios só os mais fortes sobrevivem!” (e assim dominam os excluídos).

O espaço escolar não é compatível com o de uma empresa, composta por processos, produto ou serviço, cliente, fornecedor, central de relacionamento ou de atendimento ao cliente. Na empresa, o que se promove são a competição e a supervalorização do mérito individual que, sendo aplicadas na rede educacional, podem desagregar as escolas de tal maneira que aquelas, antes parceiras, passam a rivais, com metas individuais e premiação dos profissionais por mérito, negando suas diferenças, heterogeneidade e subjetividade, reduzindo a escola a uma visão meramente empresarial formando o “aluno-mercadoria” ou “produto-aluno” como garantia de produtividade para as corporações, limitando a educação a uma visão de mercado.

Reconhecido que escola não pode ser comparada a uma empresa, cabe desenvolver a questão central deste estudo, ainda que numa visão burocrata-economicista⁵: a qualidade em educação pública⁶.

³ A colaboração empregada refere-se ao comprometimento de todos os profissionais de uma rede que interagem entre si a fim de conquistar a qualidade mínima para toda a rede, como, por exemplo: melhores condições de trabalho envolvendo a gestão escolar, o número de alunos por turma, o quantitativo e as condições de uso de mobiliário de acordo com o espaço escolar (assunto a ser tratado no próximo tópico).

⁴ O lucro representa a maior expressão do sentido empresarial: a acumulação de riqueza individual.

⁵ A Educação é um tema universal e multidisciplinar que desperta o interesse ilimitado de todas as áreas, com maior destaque para os profissionais que labutam na pedagogia, na essência da Educação, o que não limita o seu campo, despertando também o interesse das demais áreas, como neste caso Administração e Ciências Contábeis, daí o aspecto burocrata-economicista empregado.

⁶ A qualidade representa fator necessário para uma educação que se propõe à formação de conhecimento, conceitos, crenças e valores do sujeito criativo, despertando sua consciência e inteligência para viver em sociedade como cidadão ativo.

A questão da qualidade em educação não é recente, como explica Gentili (2002, p. 154), pois “começou a difundir-se nos anos 80 devido ao grande impacto que tiveram os relatórios Nation at Risk (1983) da National Commission on Excellence in Education e Action for Excellence (1983) da Education Commission of the States”. O autor cita ainda uma sequência de realidades distintas ao longo do tempo sobre a questão da qualidade, explicada por Mariano Fernandes Enguite, que inicia na relação dos recursos humanos e materiais aplicados e termina na lógica competitiva propagada pelos neoliberais (in Gentili, 2002, p. 155):

Na linguagem dos expertos, nas administrações escolares e nos organismos internacionais, o conceito de qualidade tem invocado sucessivas realidades distintas e mutantes. Inicialmente identificou-se tão-somente com a dotação em recursos humanos e materiais dos sistemas escolares ou suas partes componentes: proporção do produto interno bruto ou do gasto público dedicada à educação, custo por aluno, número de alunos por professor, duração da formação ou nível salarial dos professores, etc. este enfoque se identificava com a maneira que, ao menos na época florescente do Estado de Bem-Estar, se tendia a medir a qualidade dos serviços públicos, supondo que mais custo ou mais recursos, materiais ou humanos, por usuário, era igual a maior qualidade. Mais tarde, o foco de atenção do conceito se deslocou dos recursos para a eficácia do processo: conseguir resultados máximos com o mínimo de custo. Esta já não era a lógica dos serviços públicos, mas sim a da produção empresarial privada. Hoje em dia, identifica-se melhor com os resultados obtidos pelos estudantes, qualquer que seja a forma de avaliá-los: taxa de retenção, taxa de promoção, formação universitária, comparações internacionais do rendimento escolar, etc. Esta é a lógica da competição de mercado.

Importante destacar que a educação de qualidade deve promover ações voltadas para a formação do indivíduo reflexivo e construtivo, tornando-se então um fator de mudança e negando as ações voltadas para o individual-competitivo defendidas pela qualidade total empresarial e impostas pela política neoliberal de uma educação mercadológica.

Defender a ideologia da qualidade total na rede pública municipal, sem promover o debate na imprescindível lógica da disponibilização de recursos financeiros suficientes para o atendimento das diversas ações necessárias para a oferta de uma educação de qualidade mínima, a fim de satisfazer as expectativas do aluno, da família e da sociedade, é, no mínimo, um exercício de “ficção”.

As demandas são inúmeras e não se limitam aos recursos financeiros; envolvem também questões como gestão educacional, formação crítica e contextualizada do docente, capacitação dos profissionais envolvidos em todo processo educacional, além das necessárias aquisições e manutenções dos

meios de infraestrutura e materiais mínimos para a oferta dos serviços à população, ou seja, questões prioritárias para a garantia das condições básicas e efetivas de uma educação de qualidade.

Assim, o termo mais correto para trazer ao presente estudo é a “qualidade mínima”⁷ universalizante e não a “qualidade total” de uma ou outra escola como referência, afinal educação de excelência para poucos não pode ser considerada de qualidade social para todos.

Para identificar a qualidade da educação pública oferecida para a formação do cidadão, foi desenvolvido no início da década de noventa do século passado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb⁸), modelo de avaliação centralizado na União cujo objetivo maior foi o de apoiar os Municípios, Distrito Federal e Estados na definição de políticas públicas que promovessem a melhoria da qualidade do ensino. O Saeb avalia a educação pública do país apresentando indicadores de desempenho de aprendizagem dos alunos.

A questão da avaliação da qualidade de forma centralizada e sem a participação dos atores envolvidos, modelo forjado no neoliberalismo e praticado no Brasil desde 1990, também é destacada por Gentili (2004) e de fato deve ser repensada por meio de ações articuladas pelos municípios com capacidade de desenvolver um novo modelo, cuja questão central seja o atendimento das necessidades locais, com as experiências das soluções encontradas diante das adversidades causadas pelas elevadas demandas sociais em contraposição da escassez de recursos financeiros para atendê-las.

Cabe destacar que a discussão acerca da forma de avaliação e dos instrumentos apropriados a serem utilizados para a identificação da qualidade da educação representa ponto de estudo específico não proposto por esta pesquisa. Porém, é importante reconhecer que a escolha do critério de avaliação é uma representação de luta do campo político e terreno de disputa ideológica, principalmente entre o grupo hegemônico e a esquerda socialista.

O trabalho de Araújo e Luzio sobre “Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil” revela, com base na utilização do critério de avaliação centralizada no governo federal, a situação educacional deixada pela década de noventa:

Por meio do Saeb, foi possível identificar que a educação nacional, no ensino fundamental e médio, não tem cumprido suas funções principais: ensinar de forma eficiente e promover a equidade. A situação descrita pelo sistema de avaliação mostra, de forma inequívoca, o baixo aprendizado dos alunos brasileiros e a distribuição desigual desse aprendizado ao longo da última década. São dados prementes para o futuro do País, não somente na área social, mas, também, para o

⁷ O termo qualidade mínima empregado refere-se às condições básicas ou elementares da gestão educacional, de profissionais e de infraestrutura disponíveis para possibilitar a condução do processo de ensino-aprendizagem com foco na formação do aluno construtivo e reflexivo.

⁸ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é uma das primeiras ações brasileiras para conhecer os resultados de aprendizagem dos alunos. Constituiu-se, hoje, o mais amplo instrumento de avaliação externa da qualidade do desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes do País e um dos mais sofisticados e amplos sistemas de avaliação em larga escala da América Latina. O Saeb foi elaborado e desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, fundado na década de 1930. A avaliação da educação básica vem sendo realizada desde 1990, mantendo-se com periodicidade bianual (Araújo, Luzio, 2005, p.13).

desenvolvimento geral da Nação. Ora, já é lugar comum dizer que a educação básica eficiente e eficaz, distribuída a todos, é ativo inescapável de produção e de distribuição de riqueza. A experiência histórica de diversos países comprova esse fato (2005, p. 19, grifos meus).

Com a pesquisa de Araújo e Luzio, identifica-se que o governo Lula herdou uma educação de má qualidade avaliada pelo Saeb em 2003, com baixos desempenhos dos nossos estudantes em Leitura e Matemática, que sugerem um abandono da missão de ensinar (op. cit, p. 60). Essa situação foi agravada pela prática de políticas neoliberais desmedidas adotadas pelo governo FHC, principalmente quanto ao tratamento mercadológico, competitivo e empresarial a que a educação pública foi submetida.

Diante do quadro de abandono da missão de ensinar devido à má qualidade da educação pública acumulada até o governo FHC, os militantes das políticas neoliberais em educação concentraram seus esforços durante o governo Lula em buscar solucionar a questão da qualidade da educação e iniciaram um movimento propagando que a falta de qualidade decorre da gerência ineficiente e da necessidade do envolvimento e do empenho maior de toda a sociedade, indivíduos e organizações e não da falta de recursos financeiros destinados à educação, surgiu então o movimento Todos pela Educação (TPE).

Para Martins, o cenário encontrado no início do governo Lula, de baixa qualidade em educação pública, fez surgir o organismo “Todos pela Educação” com propostas para a Educação Básica no Brasil⁹:

O TPE foi criado, em 2005, por um grupo de líderes empresariais, verdadeiros intelectuais orgânicos, que se reuniram para refletir sobre a realidade educacional brasileira na atual configuração do capitalismo. O grupo verificou que a baixa qualidade da educação brasileira vinha trazendo sérios problemas para a capacidade competitiva do país, comprometendo também o nível de coesão social dos cidadãos. O grupo concluiu que a “incapacidade” técnica e política dos governos na realização de políticas educacionais ao longo dos anos havia criado sérios problemas para os interesses do capital. Diante dessas constatações, os empresários criaram o TPE com a missão de mudar o quadro educacional do país, principalmente no que se refere à qualidade da educação. O projeto elaborado para impulsionar as ações do organismo foi denominado de “Compromisso Todos pela Educação” (2009, p.22).

Quando os empresários se reúnem dentro de um modelo capitalista, competitivo e mercadológico, onde para eles tudo se transforma em mercadoria, gera-se o indício da consolidação de uma educação tecnicista e submissa aos desejos e vontades dos dominantes de forma a preparar o futuro “trabalhador reprodutor” (e não o “cidadão transformador”) na compreensão básica das capacidades técnicas produtivas, formando assim o campo exploratório para a maximização de seus lucros e a manutenção da condição de dominantes.

⁹ Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.4, n.1, p. 21-28, jan.-jun. 2009

¹⁰ Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

Com o discurso de sinergia entre as políticas públicas, a iniciativa privada e as organizações sociais, o organismo TPE relaciona suas metas:

Meta 1 – Acesso: Até 2022, 98% ou mais das crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar matriculados e freqüentando a escola.

Meta 2 – Alfabetização: Até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura e escrita até o final da 2ª. série (ou 3ª. Ano) do ensino fundamental.

Meta 3 – Qualidade: Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é essencial para a sua série. Ficou definido, então, que 70% dos alunos da 4ª. e 8ª. séries do ensino Fundamental e da 3ª. série do Ensino Médio do conjunto de alunos das redes pública e privada deverão ter desempenhos superiores a respectivamente 200, 275 e 300 pontos na escala de Português do SAEB, e superiores a 225, 300 e 350 pontos na escala de Matemática.

Meta 4 – Conclusão: Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio.

Meta 5 – Investimento: Até 2010, mantendo até 2022, o investimento público em Educação Básica deverá ser de 5% ou mais do PIB (Todos pela Educação, 2007, p.4).

Em 24 de abril de 2007, o Presidente Lula lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) juntamente com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PMC-TPE) em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação da sociedade visando à melhoria da qualidade da educação básica¹⁰.

Quanto ao PDE, o governo federal relacionou várias ações propostas para a implantação da qualidade, com destaque para: criação de piso salarial nacional, investimento na formação continuada, universalização dos laboratórios de informática, eletrificação das escolas públicas, produção do conteúdo digital, estabelecimento do caminho da escola, qualificação da saúde escolar e ações de educação no campo.

Algumas matérias foram vinculadas nos jornais de grande circulação sobre o assunto, destacando os seguintes programas a serem cumpridos nos próximos anos para a plenitude do Plano: Compromisso Todos pela Educação; Piso Salarial; Escolas Técnicas; Luz para Todos; PROUNI e FIES; Creches e Pré-escolas; Provinha Brasil; Olhar Brasil; Brasil Alfabetizado; Equipamentos e Computadores; Transporte Escolar; Mais Educação e Benefício de Prestação Continuada.

Saviani, em seu artigo “Ensino sem demagogia”, publicado na Folha de São Paulo em 13 de julho de 2008, esclarece que o PDE se materializa como forma mais recente de combate à questão da qualidade da educação:

Os mais variados diagnósticos põem em evidência o estado atual altamente precário da qualidade da educação pública brasileira. E o mais recente programa de enfrentamento da

situação, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), se propôs a atacar de frente exatamente o problema da qualidade do ensino, mas tem um calcanhar-de-aquiles: o insuficiente investimento.

Em outra entrevista¹¹, cujo título foi “Uma análise crítica do PDE”, quando lhe perguntado como avaliava as linhas gerais e intencionalidades do PDE, Saviani respondeu:

O PDE pode ser visto como uma tentativa do governo de responder aos clamores da sociedade no que se refere aos graves problemas de qualidade da escola básica pública. Iniciativa válida, já que procura centrar o foco na qualidade construindo instrumentos de aferição do nível de eficácia do ensino ministrado (caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB) e se voltar, precipuamente, para as administrações municipais em que se detecta ponto de estrangulamento do ensino fundamental. Mas o plano apresenta deficiências graves nas questões centrais do financiamento e do magistério. A base de sustentação financeira do Plano é o Fundeb, que, entretanto, não significou aumento dos recursos; ao contrário, se o número de estudantes atendidos pelo Fundo aumentou de 30 milhões para 47 milhões (56,6%), o seu montante passou de R\$35,3 bilhões para R\$48 bilhões, apenas 36,3%. A complementação da União também não implicou acréscimo. Antes, ela deveria entrar com pelo menos 30% de seu orçamento; ora, o orçamento do MEC para 2007, após o corte de R\$610 milhões imposto pela Fazenda, é de R\$9,130 bilhões, logo, 30% corresponderiam a R\$2,739 bilhões. No entanto, a complementação prevista pela União para 2007 se limita a R\$2 bilhões. Quanto ao magistério, é consenso o reconhecimento de dois requisitos fundamentais: condições de trabalho e salário/formação. (...)” (grifos meus).

Saviani revela em sua entrevista que a questão da qualidade está na educação municipal, responsável pelo ensino fundamental, bem como relata que o PDE não resolve duas importantes questões: o financiamento e o magistério.

Quanto ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, no art 3º do Decreto 6.094/2007, a aferição da qualidade da educação básica foi atrelada ao índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)¹²:

Art.3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único: O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.

O PMCTPE compreende quatro eixos de ação conforme §3º do art 8º do Decreto-Lei 6.094/07, são eles:

- I. gestão educacional;
- II. formação de professores e de profissionais de serviços e apoio escolar;
- III. recursos pedagógicos;
- IV. infraestrutura física.

O mesmo Decreto-Lei cria o Plano de Ações Articuladas¹³ (PAR) que representa o planejamento multidimensional da política de educação que os Estados, Distrito Federal e Municípios que aderirem ao “Compromisso Todos pela Educação” devem fazer para um período de quatro anos a partir de 2008, com a participação de todos os atores envolvidos na gestão educacional.

Para o estudo da conquista da qualidade, é importante resgatar que a questão de seu padrão mínimo em educação já foi exigida pela própria Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, Lei nº 9.394/96 em seu art 4º:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (grifos meus).

A mesma lei também relaciona a qualidade com os recursos financeiros no artigo 75:

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade (grifos meus).

Para o desenvolvimento de uma Política Pública sobre a Qualidade em Educação, este estudo terá o foco na escola dividida em dois grupos: gestão educacional e infraestrutura à disposição da rede educacional para as práticas pedagógicas.

a) Gestão educacional

A busca da qualidade abrange a forma de gestão empregada, a formação dos profissionais de educação, a capacidade do professor de agir frente à execução da proposta do projeto político-pedagógico elaborado de forma participativa e envol-

¹¹ Expressão Sindical – Sinpro/Guarulhos, publicado em 17/09/07, http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/saviani_analisa_pde.htm, acessado em 15 de abril de 2011.

¹² Para melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de uma escola ou da rede de ensino local é necessário que o aluno aprenda e que a escola consiga reduzir a reprovação e aumentar a frequência em sala de aula. O acompanhamento social do Ideb é disponibilizado pela internet (<http://ideb.inep.gov.br/Site/>); a meta Ideb nacional é que o país alcance em 2022 a nota 6 (seis), que corresponde ao índice de qualidade dos países desenvolvidos.

¹³ O PAR é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes (art 9º do Decreto-Lei 6.094, de 24 de abril de 2007).

ve o aluno e a sociedade local (representada principalmente pelos pais dos alunos partícipes da vida escolar de seus filhos) na busca da melhoria da relação da escola com todos os atores envolvidos.

O gestor de educação deve promover a convivência e interação com todos os profissionais de educação, com os alunos e com a sociedade, motivando o envolvimento dos diversos atores no processo de escolha das diretrizes locais a serem implantadas pela gestão, bem como oferecendo um ambiente escolar com segurança para todos, por meio do combate à violência e às drogas, com a interação das diversas áreas de governo, com destaque para as de segurança pública, saúde, serviço social, transporte, esporte e cultura.

A gestão de qualidade promovida pelo gestor deve também proporcionar a criação e a manutenção de programas, projetos e atividades articulados e com integração entre eles a fim de evitar sua descontinuidade administrativa, salvo se ficar comprovada pela área pedagógica a necessidade de sua extinção.

Os atores envolvidos na gestão educacional democrática devem identificar as deficiências e os problemas encontrados no início da gestão e acompanhar os que surgirem para buscar soluções que auxiliem na capacidade da escola de desenvolver culturalmente a pessoa humana, sem se limitar à redução da taxa de reprovação ou de evasão, ou seja, não se restringindo à gestão de resultados, premissa esta defendida pelos neoliberais que desejam a educação pública como empresa.

Entende-se como uma Política Pública sobre a Qualidade aquela que busca uma gestão democrática e participativa, com a eleição de diretor que possua formação específica em gestão escolar, a fim de exercer com propriedade o papel de relevância na gestão educacional, promovendo a interação de todos os agentes e todas as escolas da rede pública local, com efetiva troca de experiências de seus sucessos e de suas dificuldades, em busca de uma gestão com equidade e transparência de suas ações para a sociedade.

Os condutores da gestão da qualidade do ensino devem reconhecer o papel do docente como força principal da mudança social do aluno. Por isso, a educação deve proporcionar condições de trabalho adequadas com professores comprometidos¹⁴ e motivados tanto para elaboração participativa do currículo, como para a execução do projeto político-pedagógico adotado, sem se descuidar da valorização do professor por meio de sua remuneração conforme piso nacional, assim como a promoção de sua formação continuada.

As ações mínimas em relação ao professor, a serem efetivadas por uma educação pública de um governo que a trata como prioridade, devem ser concentradas em:

- ✓ formação inicial e continuada;
- ✓ valorização de suas funções, incluindo o cumprimento do piso salarial nacional;

- ✓ conquista da remuneração justa, mesmo sem as propagadas gratificações originadas na premiação em razão da nota obtida pela escola por meio de qualquer instrumento de avaliação de desempenho do aluno ou da escola, ou seja, remuneração justa sem a política meritocrática discutida anteriormente;
- ✓ formação de quadro permanente de professores aprovados em concursos públicos, evitando assim a descontinuidade dos trabalhos em razão da perda do histórico de experiências ou ainda a perda provocada pela discordância de práticas adotadas do novo professor contratado em relação ao professor sucedido.

As ações de uma gestão educacional de qualidade envolvem também a participação efetiva da coordenação pedagógica na condução da elaboração participativa do projeto político-pedagógico em consonância com as diretrizes da educação, bem como a verificação do conteúdo aplicado em sala de aula e a criação de possibilidades de atividades extraclasses e no ambiente social existente, a fim de possibilitar a integração do aluno com a sociedade local.

Outras ações na gestão educacional são exigidas para a construção de uma política pública sobre a qualidade, como por exemplo:

- ✓ quadro de pessoal administrativo, apoio acadêmico e merendeira bem preparados para a prática¹⁵ educacional, com formação e treinamento adequados e continuados em serviço e fora dele;
- ✓ política para número de alunos por professor, por sala de aula e por equipamento de informática;
- ✓ alunos em sala de aula com a mesma faixa etária;
- ✓ ofertas de projetos culturais e de esportes nas aulas de educação física, aulas de música, teatro, xadrez, natação, futebol, etc.;
- ✓ promoção de integração da família com a escola, de forma a potencializar sua participação permanente e ativa na vida educacional do aluno;
- ✓ apresentação de um profissional responsável pela biblioteca e/ou sala de leitura, promovendo atividades dentro desses ambientes sob a responsabilidade do professor;
- ✓ aumento do número de horas ou permanência do aluno no ambiente escolar com a implantação gradativa da educação integral;
- ✓ implantação do reforço escolar no contra-turno para os alunos que apresentarem deficiência no aprendizado;
- ✓ prática da inclusão digital em todas as escolas da rede e para todos os alunos;
- ✓ gestão patrimonial de equipamentos e mobiliário, envolvendo a distribuição e conservação para todas as escolas de acordo com o número de alunos, espaço físico escolar e especificidade de cada escola da rede.

¹⁴ A falta de compromisso profissional pode ser causada pela estabilidade de emprego ou mesmo pela baixa estima em razão das condições de trabalho, da alta carga horária em sala de aula, do excessivo número de alunos por professor e dos baixos salários.

¹⁵ Todos os profissionais envolvidos na escola devem entender que fazem parte do processo educacional, logo, devem possuir atitudes e habilidades a fim de interagir entre si e com os alunos.

b) Infraestrutura

Inicialmente, cabe destacar que a atual política de descentralização de recursos praticada pelo governo federal por meio do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) precisa de aprimoramento, pois transfere os recursos com base nos alunos matriculados no ano anterior, logo, o município que pretende aumentar o número de alunos atendidos pela rede, primeiro precisa gastar seus escassos recursos para possibilitar o acesso dos novos alunos e somente no ano seguinte iniciar o recebimento dos repasses desses alunos matriculados no ano anterior.

Assim, o município é obrigado a reduzir permanentemente o valor destinado para cada aluno, pois devido à política de universalização do acesso à educação, busca-se todos os anos aumentar o número de vagas e de alunos atendidos, e isso pode provocar dificuldades ao gestor em ampliar a rede de ensino por falta de recursos financeiros para a infraestrutura, materiais didático-pedagógicos e uniformes necessários, o que provocaria na rede pública uma educação de baixa qualidade.

A questão da qualidade representa um campo de lutas ideológicas: para os neoliberais, trata-se apenas de transferir para a educação pública os fundamentos competitivos e individualistas da qualidade total, como já discutido; para outros idealizadores basta modelar uma oferta de boa qualidade para uma ou outra escola que servirá de “vitrine”, tornado-se centro de referência, mesmo que os recursos financeiros não possibilitem a expansão dessa qualidade para toda a rede pública; e há ainda os que alegam que a questão da qualidade está intimamente ligada à gestão educacional eficiente e não aos “ditos” escassos recursos disponíveis.

Por mais que se queira separar a questão financeira da questão pedagógica, cabe lembrar que no modelo capitalista que ainda predomina, poucas ações se concretizam sem recursos destinados para tal. Não se pode ignorar que a demanda de serviços educacionais é crescente e extremamente relevante e, por isso, necessita de ações prioritárias que ampliem em nível nacional seus recursos.

A atual política nacional de financiamento utiliza como referência somente a arrecadação de impostos e, por isso, deixa de incluir outros recursos importantes arrecadados¹⁶. Esta política precisa ser alterada para a relação direta com o Produto Interno Bruto (PIB), que passaria dos 4,7% (quatro vírgula sete) noticiados pelo próprio Ministério da Educação em 2008, para os 7% (sete) constantes do Plano Nacional de Educação (PNE), vetado em 2001 pelo então Presidente FHC e ausente da agenda de compromissos do atual governo.

É fato que a participação da educação no PIB aumentou de 2005 para 2008, deixando os 3,9% (três vírgula nove) registrados em 2005, passando para 4,3% (quatro vírgula três) em 2006, 4,5% (quatro vírgula cinco) em 2007, até alcançar 4,7% (quatro vírgula sete) em 2008, porém ainda muito abaixo da proposta do PNE vetada pelo governo FHC e mantido o veto pelo governo Lula, de 7% (sete por cento) do PIB.

José Marcelino e Denise Carreira desenvolveram estudo sobre a questão da qualidade em educação, que resultou na obra cujo título estimula sua compreensão: “Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil” (2007). Não se trata da questão da qualidade total, porém da qualidade inicial, que neste estudo será tratada como qualidade mínima. Para os autores, a qualidade numa perspectiva democrática apresenta muitas questões que se contrapõem. Os autores destacam entre elas a questão dos recursos financeiros:

Uma das questões é a recuperação da discussão sobre a eficiência em outra perspectiva: que eficiência garante uma qualidade que não seria só para poucos? Qual seria um patamar mínimo, digamos assim, digno de respeito, de direitos, para uma educação humanista, tolerante, não-racista, não-sexista e estendida a todos? Temos também a questão dos recursos financeiros: como ampliá-los para que respondam aos desafios do Plano Nacional de Educação? Como utilizá-los? Quais prioridades serão fixadas? Todas essas questões devem ser consideradas. (2007, p. 22, grifos meus)

Os autores relacionaram vários itens necessários para uma educação de qualidade inicial e os separaram por grupos afins e em vários quadros (2007, pp. 86-110), que nesta pesquisa estão dispostos a seguir de forma qualitativa, sem considerar o custo atribuído por eles:

Estrutura do prédio: Sala de aula, sala de direção/equipe, sala de professores, sala de leitura/biblioteca, refeitório, copa/cozinha, quadra coberta, laboratório de informática, laboratório de ciências, parque infantil, banheiro, sala de depósito, sala de TV/vídeo, mecanografia.

Equipamentos e materiais permanentes: *Esportes e brincadeiras:* colchonetes para educação física, brinquedos para parquinho; *Cozinha:* congelador, geladeira, fogão industrial, liquidificador industrial, botijão de gás; *Coleções e Materiais Bibliográficos:* enciclopédias, dicionários, literatura infantil, literatura infanto-juvenil, paradidáticos, apoio pedagógico; *Equipamentos para áudio, vídeo e foto:* retroprojeto, tela para projeção, televisor, videocassete, suporte para vídeo e TV, DVD, máquina fotográfica, aparelho com CD e rádio; *Aparelhos em geral:* bebedouro elétrico, circulador de ar, máquina de lavar roupa, telefone; *Mobiliário em geral:* carteiras, cadeiras, mesa tipo escrivaninha, arquivo de aço com 4 (quatro) gavetas, armário de madeira com 2 (duas) portas, mesa de leitura, mesa de reunião para sala de professores, armário com 2 (duas) portas para secretaria, mesas para refeitório, mesa para computador, mesa para impressora, estantes para biblioteca, quadro para sala de aula; *Aparelhos para laboratório:* Kit de ciências; *Processamento de dados:* computador para sala de informática¹⁷, computador para administração/docentes, impressora a jato de tinta, impressora a laser, fotocopiadora, guilhotina.

Insumos: *Pessoal:* professor com curso normal, professor com curso superior, direção, secretaria, manutenção e infra-

¹⁶ As taxas e contribuições arrecadadas pelo governo não participam do cálculo da ação redistributiva do governo federal aos demais entes da federação, por exemplo: COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CIDE (Contribuição sobre a Intervenção no Domínio Econômico) e a extinta CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

¹⁷ Ao longo do tempo, a informática e seus programas de inclusão digital tornaram-se um meio atraente para transmitir informações aos alunos, porém por si só não atestam a qualidade da educação.

estrutura, coordenador pedagógico, auxiliar de biblioteconomia; *Bens e serviços*: água, rede de coleta de esgoto, luz, telefone, material de limpeza, material didático, projetos de ações pedagógicas, material de escritório, conservação predial, manutenção e reposição de equipamentos; *Alimentação*: funcionários (nutricionista, merendeira, serventes), alimentos para a oferta de merenda regular; *Administração central*: formação profissional, encargos sociais, administração e supervisão.

Ainda é possível acrescentar neste estudo os seguintes itens para a questão da qualidade mínima:

Material didático-pedagógico e uniformes distribuídos para os alunos: cadernos, livros didáticos, agenda, canetas, lápis, borracha, apagador, régua, estojo, camisa, camiseta, casaco, calça, bermuda, saia, meia, tênis, merendeira e mochila.

Outros recursos: condições prediais adequadas, incluindo acesso para portadores de necessidades especiais, com espaços bem iluminados e bem ventilados com boa circulação de ar e conservação das instalações, oferta de transporte e de assistência à saúde preventiva.

São muitas as necessidades em infraestrutura para o aparelhamento da rede educacional, a fim de possibilitar a oferta de serviços universalizantes e de qualidade mínima, que possam contribuir para o aprendizado do aluno, promovendo um ambiente adequado para a construção de seu conhecimento.

A educação deve contar com recursos financeiros suficientes para implantar programas permanentes que busquem o aparelhamento de todas as escolas, a fim de disponibilizar em quantidade e em condições de uso todos os recursos humanos e materiais necessários para as práticas pedagógicas de uma Política Pública em Educação com o mínimo de qualidade para todos os alunos.

A escola pública e gratuita não pode destinar-se a atender ao ciclo vicioso de escola pública para pobres e universidade pública para ricos. Já é tempo de ampliar os recursos para que as condições de oferta física sejam realmente universalizantes, democráticas e inclusivas. Conviver com a dura realidade de escola que não tem estrutura elementar como banheiro, carteira para o aluno e material para o professor desenvolver sua tarefa de educar é muito mais do que uma ação covarde com a maioria, é, na verdade, um exercício de hipocrisia política em que só quem ganha é a minoria dominante.

Com os poucos recursos destinados à educação nacional,

o desafio é grande para todos os atores envolvidos no processo educacional da rede pública, a fim de conquistar uma educação universalizante de qualidade mínima que garanta uma Escola de transformação e não sua redução à visão de mercado como as propostas neoliberais ainda existentes.

2. Conclusão

As políticas públicas em educação tenderam para um modelo neoliberal iniciado no governo Fernando Collor de Melo, com medidas mais agressivas nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, com modestas alterações nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, embora também não tenha avançado o suficiente para trazer a qualidade exigida pela sociedade.

A sensível questão da Política Pública da Qualidade em Educação apresentou novos referenciais nos governos Lula por meio do surgimento e implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), representando um avanço nas Políticas Públicas, reconhecendo que Educação com qualidade exige a universalização do acesso, democratização do modelo de gestão, condições de trabalho dignas para os professores e profissionais de apoio, acompanhamento e controle social contínuos, equidade, infraestrutura e materiais adequados, ou seja, criação de um ambiente capaz de gerar possibilidades reais para o aprendizado, de forma a corresponder à satisfação das necessidades do aluno, da família e da sociedade.

Embora não seja objetivo deste trabalho, é necessário destacar a questão do financiamento público em Educação como tema para novas pesquisas. Acredita-se que a conquista da Qualidade Mínima em Educação deve envolver também a questão dos recursos necessários para a disponibilização da infraestrutura e aperfeiçoamento da gestão educacional, apesar da lógica da qualidade não recair exclusivamente na questão financeira, porém, sem entender as formas e as fontes de financiamento a luta pela Qualidade da Educação pública torna-se mais difícil para os gestores responsáveis por sua condução.

Conclui-se que a Política Pública de Qualidade em Educação requer a conjugação da forma de gestão democrática e participativa com as condições de trabalho docente e infraestrutura disponível para a oferta dos serviços educacionais a toda a rede pública municipal, primando pela cooperação de todos os atores envolvidos no processo educacional, reconhecendo que o aprendizado não pode ser tratado como mercadoria e sim como construção do saber crítico e reflexivo na formação de um cidadão.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Henrique, LUZIO, Nildo. Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.
- BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccias Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BRASIL. Conferências Fórum Brasil de Educação. Brasília: CNE, UNESCO Brasil, 2004.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Atlas, 2001.
- CARREIRA, Denise, PINTO, José Marcelino Rezende. Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global, 2007.

- FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria (Orgs.). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- FURTADO, Celso, Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. Disponível em , 2004.
- GENTILI, Pablo. (Org.). Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. 13ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- GENTILI, Pablo, SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- MARTINS, Ângela Maria, OLIVEIRA, Cleiton de, BUENO, Maria Sylvia Simões (Orgs.). Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DPeA, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. Ensino sem demagogia. Artigo, Jornal Folha de São Paulo, em 13/07/08.
- SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental. São Paulo: Atlas, 1996.
- SOARES, Laura Tavares. O desastre social. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Sítios consultados:

www.campanhaeducacao.net

www.ipea.gov.br/default.jsp

www.portal.mec.gov.br